

TRABALHO EDUCATIVO JUNTO ÀS PESSOAS QUE POSSUEM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EJA

*Laysa Noronha Machado*¹

*Liliane do nascimento e silva*²

*Rayane Andrade*³

*Viviane Gisllaine Caetano*⁴

Eixo temático 5: Alfabetização e educação de jovens, adultos e idosos

Resumo:

O presente texto analisa o processo de escolarização de jovens e adultos que possuem deficiência intelectual na EJA, a partir dos dados do atendimento escolar e das pesquisas desenvolvidas nos últimos 12 anos, disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes. Para ser levada a efeito a pesquisa se constituiu de cunho bibliográfico e os achados da pesquisa foram discutidos de forma qualitativa, a partir das políticas públicas vigentes em nosso país. Os dados revelam que o sistema educacional brasileiro ainda não se constitui em um espaço inclusivo por excelência. Além disso, foram poucas as dissertações e teses produzidas nos últimos 12 anos que se dedicaram a discutir o trabalho educativo junto às pessoas que possuem deficiência intelectual na EJA.

Palavras-chaves: Inclusão; Deficiência Intelectual; EJA.

Introdução

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Brasil possui cerca de 190,7 milhões de habitantes. Deste total, mais de 6,7% da população tem uma ou mais deficiências, o que corresponde aproximadamente 12,5 milhões de brasileiros, sendo 3,4% com deficiência visual; 2,3% com deficiência motora; 1,4 com deficiência intelectual⁵; 1,1% com deficiência auditiva (IBGE, 2010).

¹ Graduando em Pedagogia pela UFPA. Contato: ysamachado2017@gmail.com

² Graduando em Pedagogia pela UFPA. Contato: liliane.silva@iced.ufpa.br

³ Graduando em Pedagogia pela UFPA. Contato: rayaneitb@hotmail.com

⁴ Doutora em Educação pela UEM. Docente UFPA. Contato: vcaetano@ufpa.br

⁵ Incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual (raciocínio, aprendizado, resolução de problemas), quanto no comportamento adaptativo, que cobre uma

Tendo por base a legislação educacional brasileira que assumiu o compromisso de promover educação de qualidade na perspectiva da educação inclusiva e, diante do número expressivo de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência, questionamo-nos: As escolas regulares de ensino têm garantido o acesso, a progressão na escolarização e a progressão da aprendizagem das pessoas que possuem deficiência, sobretudo das pessoas que possuem deficiência intelectual?

Na tentativa de responder ao questionamento, o texto analisou o processo de escolarização de jovens e adultos que possuem deficiência intelectual na EJA, a partir dos dados do atendimento escolar e das pesquisas desenvolvidas nos últimos 12 anos, disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes. Para tanta, a pesquisa será de cunho bibliográfico e os achados da pesquisa serão discutidas de forma qualitativa, a partir das políticas públicas vigentes em nosso país.

Dados do atendimento escolar às pessoas com deficiência intelectual: para além da letra da lei

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018) e do Instituto Paulo Montenegro (2018), principais agências de pesquisas educacionais do país não mensuram separadamente os dados nacionais de acesso, de progressão da escolarização e de progressão da aprendizagem das pessoas que possuem deficiência intelectual. Assim, apresentamos e discutimos, neste texto, os dados de todo público alvo da Educação Especial, descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (BRASIL, 1996).

No que se refere ao acesso à Educação Básica, os dados do censo escolar de 2018 mostram que, na faixa etária entre 4 e 17 anos, temos 1.045.674 matrículas na modalidade Educação Especial, sendo que, deste total, 92,1% das matrículas se efetivaram em classes comuns da rede regular de ensino. Nesta perspectiva, ainda é preciso incluir, nas classes comuns da rede regular de ensino, 7,9% das crianças e adolescentes que possuem algum tipo de deficiência, num total aproximado de 82.608 alunos, certamente as pessoas que possuem deficiência intelectual constituem uma porcentagem significativa desses números (INEP, 2018).

gama de habilidades sociais e práticas do dia a dia. Esta deficiência se origina antes da idade de 18 anos (SCHALOCK, R. L et al., 2010, p. 6).

Na contramão das leis inclusivas, que regem o sistema educacional brasileiro, a rede regular de ensino ainda não atende todos os alunos que lhe são de direito. Ao recorrermos à própria legislação para compreender esse movimento, chamamos atenção do leitor para a extensão que assume a especificação “preferencialmente”, nos dispositivos legais que resguardam o direito de acesso nas classes comuns da rede regular de ensino das pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

Constatamos que a especificação “preferencialmente” atenua a responsabilidade de se promover, na rede regular de ensino, uma educação que contemple o “pleno desenvolvimento” da pessoa com deficiência, “[...] seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, p. 1).

Isso porque, nesses documentos, apresenta-se a possibilidade de inclusão, mas não se nega a exclusão de alunos do sistema regular de ensino ao, na perspectiva do “preferencialmente”, possibilitar que o acesso à escolarização seja “[...] feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”, como expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e em documentos complementares (BRASIL, 1996, p. 1).

Quanto à progressão no processo de escolarização básica, ou seja, quanto ao direito de progredir de um ano/série para outro, até que se finalize o processo de escolarização, observamos que a instituição escolar não a tem garantido a todo público alvo da Educação Especial na idade prevista - dos 4 aos 17 anos de idade, a estender-se, dessa forma, à EJA.

A afirmativa se respalda nos dados do INEP de 2018, que quantificam 135.602 matrículas de alunos com deficiência, sendo 130.289 na EJA e 5.313 na educação profissional tecnológica, cursada de forma concomitante ou subsequente à Educação Básica (INEP, 2018).

Assim, seja pela permanência com sucessivas retenções, seja pela evasão escolar, nega-se, ao público alvo da Educação Especial o direito, previsto em lei, de progredir e de concluir a escolarização básica na idade prevista.

No que se refere à progressão da aprendizagem e, por conseguinte, o desenvolvimento humano do público alvo da Educação Especial, direito também previsto em lei, não há dados restritos a esse público. No entanto, diante da importância da discussão para a presente pesquisa, recorreremos ao estudo sobre Alfabetismo Funcional (INAF), de 2018, desenvolvido pelo Instituto Paulo Montenegro, o qual certamente engloba as pessoas que possuem deficiência, uma vez que mensura os níveis de alfabetismo da população brasileira de 15 a 64 anos.

Segundo o INAF, cerca de 29% da população brasileira, com idade entre 15 e 64 anos, ou seja, 3 a cada 10 brasileiros, “[...] têm muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandeza superior às centenas” (INAF, 2018, p. 8). A pesquisa de Shimazaki e Menegassi (2016) corrobora com o exposto ao identificar que, na contramão dos documentos oficiais sobre inclusão, verificam-se avanços no acesso e na permanência ao sistema educacional, mas ainda é preciso garantir a qualidade na oferta do ensino a essa parcela da população.

Diante desses índices de fracasso escolar, questionamo-nos mais uma vez: Nos últimos 12 anos, quantas, quais e como as pesquisas discutem a escolarização de jovens e adultos com deficiência intelectual na modalidade EJA de ensino? Assunto que discutiremos no tópico a seguir.

Estado de arte

Diante deste questionamento, recorreremos ao banco de teses e dissertações da CAPES⁶, a fim de proceder a uma síntese das pesquisas que tratam do assunto.

Para a realização da pesquisa, no banco de teses e dissertações da Capes, utilizamos como palavras-chave: “EJA” e “Deficiência Intelectual”, em seguida, filtramos a pesquisa nos seguintes itens: a) mestrado e doutorado; b) últimos 12 anos (de 2009 a 2020); c) educação, a obter um total de 3.414 pesquisas, sendo 2.538 dissertações de mestrado e 876 teses de doutoramento. Deste total, 1.229 pesquisas não estavam disponíveis para consulta, pois restringiam-se ao título e à autoria seguido da informação: “Anterior à Plataforma Sucupira”. Dessa forma, estavam disponíveis para leitura e análise somente 2.185 pesquisas.

A partir da leitura do título, resumo e das palavras-chave das 2.185 pesquisas, chegamos ao número de 7 pesquisas que tratam da escolarização da pessoa com deficiência intelectual na modalidade EJA de ensino, sendo 5 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado. A seguir, apresentamos uma síntese dessas produções no Brasil.

Bins (2013, p. 7), em sua tese de doutorado, investigou “a realidade da educação de jovens e adultos com deficiência intelectual incluídos na EJA”. A pesquisa foi levada a efeito em uma escola municipal de Porto Alegre que oferta a Educação de Jovens e Adultos. Os dados foram coletados por meio de observações, documentos escolares e entrevistas semiestruturadas,

⁶ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

analisados qualitativamente, a partir dos pressupostos de educação ao longo da vida, como um direito inalienável. Os resultados evidenciaram que, mesmo em tempos de inclusão em todos os segmentos sociais e, dentre eles, na instituição escolar, “o adulto com deficiência intelectual é infantilizado, seus sentimentos e desejos são ignorados, desrespeitados ou considerados patológicos” (BINS, 2013, p. 105-106).

Haas (2013, p7), na sua dissertação de mestrado, analisou “a interlocução entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Especial, por meio da construção de narrativas associadas às trajetórias de vida”. A pesquisa se constituiu por meio da metodologia de história oral e foi desenvolvida com três adultos com deficiência intelectual, matriculados na EJA. Os dados foram coletados em entrevista aberta e analisados a partir das contribuições de Gregory Bateson e Humberto Maturana. As análises das narrativas que compuseram a trajetória de vida dos sujeitos evidenciaram “a necessidade de potencializar o diálogo entre as áreas da Educação Especial e da Educação de Jovens e Adultos”, para que seja garantido a esses alunos o direito à escolarização na EJA (HAAS, 2013, p. 7).

Honnef (2013) analisou, em sua pesquisa de mestrado, “os limites e as possibilidades da educação especial articulada ao ensino médio e tecnológico”. O estudo foi realizado no Instituto Federal Farroupilha, com sete docentes que atendem um aluno com DI matriculado no Ensino Médio integrado ao ensino tecnológico. Os dados, coletados por meio de diário de campo da pesquisadora e de questionários foram analisados de forma qualitativa por meio da “Análise de Conteúdo”. Os resultados demonstraram a) a fragilidade na formação inicial e continuada dos professores, sobretudo daqueles atuantes em áreas técnicas, sobre a temática educação especial na perspectiva da educação inclusiva (HONNEF, 2013, p. 121).

Auada (2015), em sua dissertação de mestrado, “analisou a apropriação dos conceitos científicos e o letramento em jovens e adultos identificados com deficiência intelectual”. Por meio de uma pesquisa-ação de base mista, o estudo foi desenvolvido em uma escola pública do Noroeste paranaense que oferta EJA e contou com a participação de quatro sujeitos que possuem deficiência intelectual. Os dados foram coletados em duas etapas: a) observações dos alunos em sala de aula e no intervalo; b) atividades sistematizadas do gênero textual História em Quadrinhos, os quais foram analisados quantitativa e qualitativamente, a partir das contribuições de Vygotsky. Os resultados evidenciaram que os alunos com deficiência intelectual “[...] se apropriaram dos conceitos científicos essenciais para a compreensão e a interpretação das narrativas em quadrinhos, configurando-se, assim, em novas possibilidades de atuações sociais, ampliando seus níveis de letramentos” (AUADA, 2015, p. 7).

Neves (2017, p. 7), buscou, em seu mestrado, “[...] como ensinar os jovens e adultos [...], de forma a desenvolver, conjuntamente ao aprendizado dos conceitos da disciplina de História, os princípios para uma práxis pedagógica voltada à autonomia e à emancipação cidadã”. O estudo foi levado a efeito em uma escola estadual que oferta EJA localizada na região de Campinas-SP e contou com a participação de quatro sujeitos com deficiência intelectual que frequentam o Ensino Fundamental II. A pesquisa, de natureza participante, teve seus dados coletados a partir de documentos oficiais, entrevistas e atividades sistematizadas com ferramenta “*Widgit*” – Sistema de Comunicação Aumentativo e Alternativo – nas aulas de História. Os dados, analisados qualitativamente a partir da Educação Transformadora, de Freire e Shor (1986); da concepção de Direitos Humanos e na Justiça Social, de Nussbaum (2010, 2012); e por meio da corrente historiográfica Nova História, de Bittencourt, demonstraram que as atividades sistematizadas com a ferramenta “*Widgit*” foram profícuas no ensino de conceitos que compõem o currículo de História (NEVES, p. 101-102).

Trentin (2018, p. 6), em sua tese de doutorado, investigou “[...] o processo de escolarização dos jovens com deficiência intelectual na modalidade da EJA e as contribuições desse processo para a aprendizagem e autonomia”. Participaram da pesquisa três professores e dois alunos com deficiência intelectual, matriculados em uma turma de nivelamento do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA). Os dados foram coletados a partir de diário de campo, entrevista semiestruturada, experiência pedagógica colaborativa. Os dados foram analisados partir da Microgenética e demonstraram que a instituição escolar pesquisada apresenta contradições na sua constituição enquanto ambiente inclusivo (TRENTIN, 2018, p. 179).

Bezerra (2018, p. 4) analisou, em seu mestrado, “[...] como profissionais docentes e técnico-administrativos em educação desenvolvem práticas que viabilizem a escolarização de um estudante com deficiência intelectual em curso técnico integrado ao ensino médio”. A pesquisa foi levada a efeito a partir de um Estudo de Caso desenvolvido com profissionais da educação que atuam no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, no câmpus de Caxias do Sul. Os dados, coletados partir de documentos oficiais da instituição e de entrevistas semiestruturadas, foram analisados qualitativamente, com respaldo nas contribuições de Vigotski. Os resultados da análise das entrevistas evidenciaram uma política inclusiva “[...] fragilizada, muitas vezes por desconhecimento da própria política ou por falta de estrutura (material ou humana)”; b) a busca de diferentes estratégias para promover a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual (BEZERRA, 2018, p. 125).

Conclusão

A legislação do Brasil assegura o acesso e a permanência de todas as pessoas na instituição escolar para o processo de escolarização de qualidade na Educação Básica (BRASIL, 1988, 1990, 1996), dentre outros documentos, .

No entanto, como exposto, os dados sobre a aplicabilidade dessas leis revelam que o sistema educacional brasileiro ainda não se constitui em um espaço inclusivo por excelência. Além disso, foram poucas as dissertações e teses produzidas nos últimos 12 anos que se dedicaram a discutir o trabalho educativo junto às pessoas que possuem deficiência intelectual na EJA.

Certamente, esse número escasso de produções corrobora para a manutenção dos índices estatísticos de fracasso escolar, junto a esta parcela da população, uma vez que são as pesquisas que permitem investigar os fenômenos, com vistas a superá-los. Cumpre ressaltar que, respaldados pelos dados do INAF (2018), um dos fenômenos que precisam ser melhor investigados, junto às pessoas que possuem deficiência intelectual, é a mediação da cultura escrita.

REFERÊNCIAS

AUADA, V. G. C. **Apropriação de conceitos científicos e processo de letramento em jovens e adultos com deficiência intelectual**. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

BEZERRA, Q. A. **O olhar dos profissionais da educação acerca dos processos de escolarização de estudantes com deficiência intelectual em curso técnico integrado ao ensino médio**. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Caxias do Sul, 2018.

BINS, K. L. G. **Adultos com deficiência intelectual incluídos na educação de jovens e adultos**: apontamentos necessários sobre adultez, inclusão e aprendizagem. Porto Alegre, 2013. 108 f. Tese (Doutorado)– Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Educação, PUCRS, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: Acesso em: 12 jun. 2021.

HAAS, C. **Narrativas e percursos escolares de jovens e adultos com deficiência:** “Isso me lembra uma história!”. 214 f. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2013.

HONNEF, C. **Trabalho docente articulado:** a relação entre a educação especial e o ensino médio e tecnológico. 147 f. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós Graduação em Educação Dissertação. Rio Grande do Sul, 2013,

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 5 jan. 2021

INSTITUTO NACIONAL DE ALFABETISMO FUNCIONAL. **Resultados Preliminares.** 2018. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2021

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. 2018. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 5 jan. 2021

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. 2018. Disponível em: <<https://ipm.org.br/inaf>>. Acesso em: 5 jan. 2021

NEVES, A. F. D. **Perspectivas metodológicas para o ensino de história para/com deficientes intelectuais na educação de jovens e adultos:** possibilidades na educação sociocomunitária. 113 f. Dissertação (Mestrado)– Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Americana, SP, 2017.

SCHALOCK, R. L. et al. **Intellectual disability:** definition, classification and systems of support. Washington: AAIDD, 2010.

SHIMAZAKI, E. M.; MENEGASSI, R. J. Aspectos da apropriação de leitura e escrita em deficientes intelectuais. In: ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G. (Org.). **Educação especial e seus diferentes recortes**. 1. ed. Marília: ABPEE, 2016, v. 1, p. 35-50.

TRENTIN, V. B. **Escolarização de jovens com deficiência intelectual na educação de jovens e adultos (EJA)**. 212 f. Tese (Doutorado)– Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale Itajaí UNIVALI-SC, 2018.